

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010505-96.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**
 Requerido: **MARCIO APARECIDO SALVO**

Vistos.

AYMOREÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária em face de MARCIO APARECIDO SALVO, pedindo a busca e apreensão do automóvel Ford Ka, placas EAR-6132, objeto de alienação fiduciária, haja vista a falta de pagamento das prestações contratuais.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a medida.

O réu manifestou interesse de purgar a mora e depositou o saldo devedor, compreendendo as prestações vencidas e as vincendas.

Deferiu-se a devolução do veículo, providência que se tornou de cumprimento impossível diante da notícia da autora, de que já o havia alienado, tendo então depositado o valor apurado no leilão.

Manifestou-se o réu, afirmando a insuficiência do depósito.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O veículo foi apreendido em 13 de novembro de 2014 (pág. 68).

Em 18 de novembro de 2014 o réu depositou o valor atinente ao débito contratual, portanto no prazo previsto em lei.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em 24 de novembro o autor foi intimado para manifestar-se a respeito da contestação (fls. 69), que na verdade não era contestação, mas purgação da mora. O acesso ao processo digital facilmente mostraria e mostrava isso.

O veículo foi alienado em leilão extrajudicial em 26 de novembro, por R\$ 12.200,00 (fls. 102).

A impugnação a respeito da purga da mora não aponta concretamente insuficiência dos depósitos promovidos (fls. 73/75), concluindo-se então que foi suficiente.

Nessa circunstância, purgada a mora, teria o autor que restituir ao réu a posse direta do bem, o que se tornou impossível.

O autor alienou extrajudicialmente o veículo e depositou nos autos o valor obtido, em substituição ao próprio bem, R\$ 12.200,00.

Um veículo semelhante valia R\$ 17.455,00, segundo a Tabela FIPE.

Portanto, é insuficiente o depósito apresentado pelo autor, que pretende repor para o réu não o bem em si, mas uma quantia insuficiente, que não permitirá a reposição do veículo por outro equivalente, sendo esse o intuito da devolução. Seria o mesmo se o autor, instado à devolução do veículo, entregasse outro, diferente, de características e valor inferiores.

Agravo de Instrumento - Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - Puração da mora - Necessidade de devolução do bem ao devedor fiduciante - Venda extrajudicial do bem - Na impossibilidade de devolução do veículo alienado, o banco tem obrigação de depositar em juízo o valor equivalente ao preço médio do veículo de mesmo modelo e ano, tomando por base o estipulado pela tabela FIPE da época da venda do bem, devidamente atualizado - Multa diária - Incidência de multa que decorre da desídia da financeira - Cabimento, porém com limitação do período de incidência - Agravo provido em parte (TJSP, Agravo de Instrumento nº 0536917-15.2010.8.26.0000, Rel. Des. CRISTIANO FERREIRA LEITE, j. 28.02.2011).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

***AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO** - Alienação fiduciária Purgação da mora mediante depósito das parcelas vencidas sem o depósito das custas e honorários advocatícios Honorários que não tinham sido arbitrados pelo juiz Decisão que se alinha com a legislação de regência (art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69) e com o entendimento desta Câmara sobre o tema Purgação da mora que impede a alienação do bem Subsunção ao artigo 3º, §§, 6º e 7º, do Dec. Lei nº 911/69 Multa de 50% do valor financiado. **PERDAS E DANOS** Valor de mercado do veículo, conforme a tabela FIPE da data da alienação, corrigido desde então Quantia que se compensa com as prestações inadimplidas de nºs 17 a 48, acrescidas dos encargos contratuais. **VERBAS DE SUCUMBÊNCIA** que devem ser suportadas pela requerida, tendo em vista que reconheceu a mora e a purgou em razão da ação de busca e apreensão Honorários advocatícios mantidos no valor de 10% sobre o valor da causa. **RECURSO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDO E DA AUTORA DESPROVIDO**" (TJSP, Apelação com Revisão nº0101253-76.2010.8.26.0100, Rel. Des. Reinaldo Caldas).*

***ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA** - Purgação da mora - Parcelas vencidas - possibilidade. A nova redação dada ao Decreto-Lei nº 911, de 1969, pela Lei nº 10.931, de 2004, não veda a purgação da mora. A faculdade de purgação restrita às parcelas vencidas prestigia a continuidade do contrato, princípio do Código de Defesa do Consumidor. Providência também útil ao credor fiduciário, que tem interesse no recebimento do valor financiado Veículo alienado extrajudicialmente - Na impossibilidade de devolução, medida adequada seria substituição por depósito, em garantia do valor do veículo pela Tabela FIPE - Questão não devolvida. Recurso não provido. (...) (TJSP, Apelação Cível nº 992.06.001841-0, Rel. Des. Sá Moreira de Oliveira, j. 21/06/2010, v.u.).*

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DO BEM AO DEVEDOR FIDUCIANTE. NOTICIADA A VENDA EXTRAJUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DO BEM. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELO VALOR DE MERCADO DO VEÍCULO À ÉPOCA DA APREENSÃO, COM UTILIZAÇÃO DA TABELA FIPE. MULTA PREVISTA NO § 6º, DO ARTIGO 3º DO DECRETO-LEI 911/69. CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. Agravo retido do réu improvido. Apelação do autor não conhecida em parte e na parte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

conhecida, improvida. Apelação do réu provida em parte (TJSP, Apelação nº 0100301-25.2009.8.26.0006, Rel. Des. Cristina Zucchi, j. 23.02.2015).

Diante do exposto, julgo purgada a mora e, em consequência, julgo extinto o processo, sem solução do mérito (Código de Processo Civil, artigo 267, inciso VI), respondendo o réu, que a ele deu causa, pelo pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados por equidade em 10% do valor da causa, atualizado desde a época do ajuizamento. A execução das custas e despesas processuais, no entanto, fica suspensa, em consonância com o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50, pois defiro ao réu o benefício da Justiça Gratuita, sem compreender a verba honorária, pois desde logo depositada (fls. 38).

Defiro ao réu o levantamento da importância de R\$ 17.445,00, que atribuo em razão da alienação do veículo.

Defiro ao autor o levantamento do que remanescer na conta judicial.

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**